

Projeto de Relatório da Avaliação Externa – Contraditório

O Agrupamento de Escolas de Visconde de Chancelheiros, vem pelo presente exercer o seu direito ao Contraditório relativamente ao Projeto de Relatório da Avaliação Externa, concretizada neste Agrupamento nos dias 1, 2, 3 e 5 de fevereiro de 2016, por considerar que a classificação atribuída nos 3 domínios em avaliação fica aquém do merecimento do trabalho realizado pelo Agrupamento, por não se rever em algumas das conclusões apresentadas e por considerar que os dados mobilizados não sustentam as mesmas.

Assim, por domínio, considera-se o seguinte:

RESULTADOS

Resultados académicos

Ao longo do quadriénio em análise e apesar de “oscilações”, nos três primeiros anos registou-se uma “tendência de melhoria” ou “evolução positiva”, contrariada apenas no último ano 2013/14, pelo que discordamos da inferência generalista apresentada em síntese, no relatório, onde se pode ler que “As oscilações e a inconsistência na maioria dos indicadores analisados apontam para a dificuldade de identificação dos fatores determinantes do (in)sucesso, pelo que não foi ultrapassado um dos pontos fracos identificados na precedente avaliação externa.”

De referir que os resultados estão de acordo com as metas definidas pelo Ministério de Educação para esta unidade orgânica.

Resultados Sociais

“A auscultação dos alunos” é formalizada no processo de autoavaliação, mas não se limita a esse momento, é realizada ao longo do percurso escolar do aluno em diferentes momentos, formais e informais e visam promover uma cidadania mais ativa e participada, no seu sentido pleno, promovendo continuamente o envolvimento e a responsabilização dos alunos. Assim, consideramos que existe uma recolha de opiniões/sugestões visando a tomada de decisões relacionadas com a vida escolar, materializadas ou não em “Assembleias de Turma”, desde a Educação Pré Escolar ao 3º ciclo do Ensino Básico; com destaque, no primeiro ciclo, na oferta

complementar de Educação para a Cidadania; no segundo e terceiro ciclos, em “Formação Cívica”.

Acresce ainda registar que o Agrupamento fomenta a participação efetiva e a responsabilização dos alunos em atividades promotoras do desenvolvimento da cidadania e de solidariedade através de vários projetos e campanhas, envolvendo parcerias com significativo interesse e reconhecimento locais.

Relativamente à ação de melhoria implementada no âmbito da indisciplina, a mesma resultou do processo de autoavaliação interna, nomeadamente, da respetiva priorização de ações (identificada com nível 3 de prioridade de acordo com a aplicação da matriz da CAF e de GUT- Gravidade; Urgência; Tendência). Esta ação de melhoria visa prevenir o potencial crescimento do problema e foi delineada para reduzir ocorrências disciplinares (ex. elaboração e divulgação do Código de Conduta), uniformizar procedimentos em situações de indisciplina (ex. elaboração/divulgação/aplicação do Manual de Procedimentos - tipificação de infracções e medidas educativas disciplinares), bem como valorizar o bom comportamento dos alunos (ex. elaboração/implementação do Quadro de Valor). A implementação recente da ação, salvaguardada no relatório em apreço, poderá estar a condicionar a uniformização de atuações dos docentes, bem como a monitorização e avaliação da eficácia das medidas em curso. No entanto, e pelo exposto, discordamos do que consta no relatório de avaliação externa.

A ação do Agrupamento, quanto ao acompanhamento do percurso escolar dos alunos que concluem o 3º ciclo concretiza-se através de um programa de orientação vocacional, da responsabilidade do Serviço de Psicologia e Orientação da escola, disponibilizado a todos os alunos, envolvendo também as direções de turma e encarregados de educação.

Proporcionando, a escolha de um futuro percurso escolar, de forma consciente e responsável, assim como procedendo ao registo das respetivas escolhas relativamente aos cursos de nível secundário/profissionais, nos quais os alunos ingressam, consideramos concluída a tarefa do ensino básico, abrindo “portas” a uma nova etapa no âmbito do prosseguimento de estudos.

Reconhecimento da Comunidade

O Agrupamento é reconhecido pela comunidade educativa, como uma referência pelo trabalho desenvolvido, apesar dos constrangimentos existentes e que inevitavelmente condicionam a sua atuação. Esse reconhecimento também é destacado pela equipa de avaliadores externos, no sub-domínio em apreço.

A cooperação e parcerias estabelecidas com muitas e diversas entidades locais, têm contribuído para uma melhoria significativa das propostas educativas e experiências disponibilizadas.

A divulgação das iniciativas educativas são uma prioridade que contribui para uma maior motivação e envolvimento dos intervenientes, bem como para o aumento da visibilidade do Agrupamento e uma prática efetiva ao longo do ano letivo, através da exposição de trabalhos em contexto escolar ou num contexto mais alargado, como sejam exposições em eventos locais, ou ainda com recurso a meios de comunicação social local, regional, digital ou não.

Pelo exposto refutamos, o registo efetuado “a exposição dos mesmos nos espaços comuns dos jardins de infância e das escolas não é uma prática generalizada, o que potenciaria a valorização dos seus sucessos e promoveria o acompanhamento pelos pais e encarregados de educação da ação educativa”.

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

Planeamento e Articulação

Relativamente a este sub-domínio, é de forma consciente que desenvolvemos uma articulação centrada na transição dos alunos, na partilha dos espaços e tempos escolares (quando possível) e envolvendo os profissionais (docentes e técnicos), famílias e crianças em todo o processo e não apenas através da calendarização e realização de atividades ou através da passagem de informações em reuniões.

A articulação curricular ao nível da sequência das aprendizagens, evitando percursos descontínuos e/ou inconsistentes é da máxima importância e está prevista, definida (ex. “Metas Curriculares”) e acessível a todos os intervenientes pelo que a duplicação de documentos nos parece desnecessária.

É assegurada a articulação entre os dinamizadores das Atividades de Enriquecimento Curricular e os departamentos/grupos através da planificação conjunta.

A sequencialidade é promovida através da continuidade das turmas e das equipas pedagógicas, tanto quanto possível, ao longo dos ciclos.

O trabalho colaborativo é desenvolvido facilitado pela partilha de espaços, concretiza-se na realização de atividades em conjunto, não descurando o planeamento, a avaliação ou a reflexão acerca das metodologias mobilizadas e a sua eficácia.

Práticas de ensino

Ao longo deste sub-domínio são muitos os aspectos reconhecidos e valorizados positivamente, pela equipa de avaliação externa, revelando uma tendência de melhoria do Agrupamento.

O último parágrafo do sub-domínio em apreço, faz considerações sobre a “supervisão”, implementada no âmbito de uma ação de melhoria, do processo de auto-avaliação. Importa ressaltar que a implementação da “supervisão” teve início este ano letivo, pelo que decorre a monitorização e avaliação da eficácia da mesma.

Monitorização e Avaliação do Ensino e das Aprendizagens

Mais uma vez é reconhecido o trabalho desenvolvido, pese embora a sugestão de reflexão e aperfeiçoamento sobre alguns aspetos.

LIDERANÇA E GESTÃO

Liderança

A liderança centrada numa relação de proximidade, pautada por princípios humanistas e pela gestão partilhada de responsabilidades através da valorização das estruturas intermédias, atende ao contexto e características do Agrupamento. Esta abordagem e atuação são pertinentes e permitem o reconhecimento por parte da

comunidade. O reconhecimento da liderança praticada está bem patente, nos questionários de satisfação aplicados, no âmbito da avaliação externa.

É ao nível da construção dos documentos de orientação educativa, que são identificadas “fragilidades”, porém, também é de referir que os mesmos já foram alvo de reformulação após o anterior processo avaliativo.

Gestão

A gestão de recursos humanos e físicos, embora condicionada pelos constrangimentos contextuais da realidade do Agrupamento, é facilitada através da comunicação e da gestão partilhada, com maior destaque para a coordenação dos estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar e de 1º ciclo, dispersas geograficamente. Os coordenadores são responsáveis por definir tarefas e distribuir horários pelos assistentes operacionais de forma a assegurar um bom funcionamento do serviço. Assim, discordamos que a “dedicação e espírito de entreatajuda concorrem para assegurar o bom funcionamento das diversas áreas” por sugerir uma falta de planeamento, organização e monitorização.

“Os circuitos de comunicação ... registaram progressos na difusão de informação com oportunidade e celeridade.” Parece redutor, atendendo a que não apenas se institucionalizou um correio electrónico, mas também se potenciou a organização de grupos de conversação e o arquivo digital/grupo; para além disso, implementou-se a utilização de um software de gestão para estabelecimentos de ensino (para o registo de: sumários electrónicos, assiduidade, T.P.C, avaliações). Face aos esforços envolvidos na implementação, o reconhecimento deveria ser superior e digno de registo.

Autoavaliação e Melhoria

“O processo de autoavaliação foi identificado na anterior avaliação externa como um ponto fraco pela sua falta de consolidação.”

“Apresenta-se mais estruturado e com alguns impactos na melhoria do serviço educativo prestado”

Importa salientar que o processo de auto-avaliação teve início em 2010/2011 e 2011/2012 tendo por base o Modelo CAF, orientando a sua ação para a prossecução

dos objetivos do sistema de avaliação, estipulados na Lei n.º31/2002, de 20 de dezembro. Pretendeu-se fomentar uma reflexão sobre a qualidade das práticas e resultados do agrupamento, incrementando-se ações e processos de melhoria da qualidade do funcionamento e dos resultados. Desenvolveu-se uma intervenção no sentido de uma melhoria contínua do agrupamento de forma a contribuir para a aproximação entre todos os colaboradores e a direção, levando a uma partilha das diferentes perceções e conhecimentos.

No ano letivo 2012/2013, procedeu-se à consolidação das ações de melhoria já implementadas e, em abril de 2013, no âmbito do projeto de ações de melhoria (PAM), nomeadamente no que respeita aos “Processos de Ensino-Aprendizagem”, aplicou-se aos docentes e alunos do 4º ano de escolaridade do 1º ciclo e aos dos 2º e 3º ciclos de ensino um questionário de monitorização do agrupamento ao nível do desempenho pedagógico e eficácia da aplicação das medidas emanadas do Conselho Pedagógico e Direção. Os objetivos principais foram: aferir o desempenho global da organização ao nível pedagógico; contribuir para a melhoria das práticas pedagógicas de cada professor; contribuir/definir o Plano de Formação da organização escolar, ao nível pedagógico e da relação interpessoal; envolver os alunos no processo de avaliação da organização escolar; disponibilizar uma ferramenta de autorregulação para os docentes.

No ano letivo 2013/2014, deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido e, no âmbito de um novo ciclo avaliativo, implementou-se o modelo CAF (Common Assessment Framework), por forma a conhecer os pontos fortes e oportunidades de melhoria do agrupamento, bem como conhecer o impacto das ações de melhoria implementadas no ano letivo 2012/2013.

Durante o ano letivo 2014/2015 procedeu-se à implementação das ações de melhoria identificadas bem como à segunda aplicação do Observatório de Ensino e Aprendizagem, que incide sobre a ação de melhoria “Melhorar os processos de ensino e aprendizagem.

Consideramos assim, que o processo já é uma prática sistemática do agrupamento envolvendo representantes de toda a comunidade educativa.

É de salientar que o modelo de auto avaliação do agrupamento resultou da adoção da CAF 2006 e da CAF &Education. Esta adaptação pressupôs a utilização de dois instrumentos de avaliação que conjuntamente permitiram recolher dados para a

elaboração do diagnóstico organizacional efectuado em 2013/14. Neste âmbito, foram aplicados questionários aos elementos que compõem a comunidade educativa (diferentes para cada público alvo) e, em paralelo, a Equipa de Autoavaliação analisou os indicadores, identificando evidências que justificassem a pontuação atribuída a cada indicador, critério e sub-critério.

Os indicadores são alvo de avaliação através dos questionários e das GAA (grelhas de autoavaliação), assim é feita a identificação de evidências recorrendo à pesquisa documental e ao conhecimento de cada elemento da Equipa de Autoavaliação sobre a realidade do Agrupamento.

O texto sublinhado nos dois parágrafos anteriores pretende servir de esclarecimento ao registo redutor efetuado pela avaliação externa: “os diagnósticos anteriormente referidos (CAF I e CAF II) foram concretizados com a aplicação de inquéritos por questionários...”

As oportunidades de melhoria diagnosticadas, são posteriormente analisadas e devidamente priorizadas através da aplicação da matriz da CAF e de GUT (Gravidade; Urgência; Tendência. A partir desta priorização são então definidos os projetos de ações de melhoria ao longo dos ciclos avaliativos.

Pelo exposto discordamos da perspetiva sobre o trabalho desenvolvido também neste sub-domínio.

Como nota conclusiva, reconhecemos ter, ainda, um longo caminho a percorrer, o que não obsta a que muito tenha já sido realizado e que em nossa opinião merecia um reconhecimento mais explícito por parte da equipa da avaliação externa.

Consideramos que o relatório é penalizador quando comparado com o ciclo avaliativo anterior e que não premeia o trabalho desenvolvido desde então. Tal facto, parece-nos estar relacionado e fortemente condicionado por uma avaliação exclusivamente centrada em modelos de comparação estatística de resultados.

A Direção
Agrupamento de Escolas Visconde de Chanceleiros